

## Apresentação

*Gisele Maria Ribeiro de Almeida\**

*Lidiane Maciel\*\**

*José Carlos Pereira\*\*\**

### E NO MEIO DO CAMINHO TINHA UMA PANDEMIA...

Este dossiê tem como objetivo refletir sobre as pesquisas com migrantes no contexto da pandemia de COVID-19, acompanhando o argumento de Boaventura de Sousa Santos, em “A cruel pedagogia do vírus” (2020), de que toda quarentena é discriminatória, afetando mais alguns grupos que outros. Na fila dos grupos vulneráveis, mais prejudicados pela pandemia, cita o autor, encontram-se as mulheres, os moradores das periferias, os trabalhadores precários ou informais, a população em situação de rua, os refugiados, os migrantes internacionais e nacionais, entre outros. Todavia, para pensarmos as questões/crises migratórias ainda no atual contexto de pandemia de COVID-19, é necessário nos remeter a processos anteriores.

Saskia Sassen em seu livro “Expulsões”, publicado no Brasil em 2014, já argumentava que os efeitos das crises econômicas têm levado a um aumento das desigualdades e à invisibilidade dos expulsos, e isso se deve não apenas à ação de elites e empresas multinacionais, mas por conta da existência de forças e possibilidades sistêmicas que promovem e sustentam tais dinâmicas predatórias de exclusões. A autora faz uso de diversos dados para mostrar o aumento da concentração de renda: a riqueza de 1% das pessoas mais ricas do mundo aumentou 60%, nos últimos 20 anos. Os ativos bancários cresceram 160%, entre 2002 e 2012, o que equivale a 1 vez e meia o PIB global. No seu entendimento, tal feito não seria possível sem as tais capacidades sistêmicas. Isso porque os dados que ela compartilha comprovam que o aumento dos lucros não acompanha a arrecadação fiscal, os primeiros crescem 3 vezes mais que os impostos. Isso se explica pela crescente desregulamentação econômica e repercute ainda no crescimento das dívidas fiscais. Governos mais pobres ficam mais incapazes de arcar com os custos sociais.

---

\* Professora Dra. do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense/ Campos dos Goytacazes. Organizadora do Dossiê “Pesquisar migrações e migrantes em tempos de pandemia”.

\*\* Professora Dra. da Universidade do Vale do Paraíba - Núcleo de Extensão e Pesquisa-ação em Cartografias Sociais - NEPACS. Organizadora do Dossiê “Pesquisar migrações e migrantes em tempos de pandemia”.

\*\*\* CEM – Centro de Estudos Migratórios. Editor da Revista Travessia

Ao considerar estas expulsões citadas por Sassen (2014), causadas por um sistema predatório, Achille Mbembe, cientista político camaronês, também colabora com nossa compreensão ao inserir no debate os conceitos de necropoder e necropolítica. Mbembe, em “Necropolítica” (2017), relaciona o conceito de biopoder de Michel Foucault (2008) com as noções de soberania e estado de exceção. O biopoder, enquanto poder que divide “quem deve morrer e quem deve viver”, esteve desde sempre ancorado em uma racialização da espécie humana, de forma a permitir a diferenciação entre quem tem direito à vida e quem deve morrer. Mbembe não vê, desta forma, rupturas entre a nossa vida política – que podemos chamar de “normal” – com a criação de “mundos de morte”, na medida em que direito de matar (e de definir quem será morto) é parte constituinte e expressão da política, que assume, assim, os contornos da necropolítica. A contribuição de Mbembe coloca-se fundamental para entendermos como a lógica econômica que demanda as “expulsões” realiza-se pela lógica política, dos governos e das normas.

Em escala global, temos uma economia privatizada e corporatizada, que se relaciona com governos endividados cortando “gastos sociais”. Não há, neste cenário, uma direção de desenvolvimento; há, sim, um aumento do risco de pobreza e exclusão social e a generalização disso a nível mundial. Esta pobreza e exclusão foram intensificadas pela pandemia de COVID-19, o que fez aumentar a projeção de pessoas que estão sendo ou serão expulsas, evidenciando o crescimento das vidas que são e serão subjugadas pelo poder da morte.

Apesar da crise sanitária instalada com a pandemia, e seu impacto para o fechamento das fronteiras e o aumento das restrições para a mobilidade humana, o número de migrantes internacionais cresceu quase 10 milhões. De acordo com relatório da OIM (Organização Internacional para as Migrações), é alarmante a magnitude de pessoas afetadas pelo deslocamento interno forçado. Em 2021, 55 milhões de pessoas estavam em situação de deslocamento forçado interno, o que representa um crescimento de 160% em relação ao começo do século XXI. Desses 55 milhões de deslocados internos, 48 milhões são em razão de situações de conflito e violência, enquanto outros 7 milhões tiveram de se deslocar por conta de desastres ambientais (INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION, 2021). Ou seja, são pessoas que estão vivendo situações de vulnerabilidade que combinam crise econômica, conflitos e violência, pandemia e desastres ambientais.

Ainda no primeiro semestre de 2021, segundo relatório da Agência das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), milhões de pessoas foram forçadas a abandonar suas casas devido a conflitos armados, violência generalizada ou violações dos direitos humanos e por dificuldades somadas à pandemia. No relatório de 2021, o ACNUR estimou que o deslocamento forçado global aumentou, incrementando os 82,4 milhões de migrantes forçados, contabilizados em 2020.

A maioria dos deslocamentos forçados, em 2021, ocorreu na África. Apenas na República Democrática do Congo (RDC), por exemplo, 1,3 milhão de pessoas foram deslocadas, e, na Etiópia, 1,2 milhão. Os países de origem da maioria desses refugiados são República Centro-Africana, local de nascimento de 71,8 mil destes refugiados; Sudão do Sul, 61,7 mil; Síria, 38,8 mil; Afeganistão, 25,2 mil e Nigéria, 20,3 mil (ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS, 2020).

Considerando esse contexto, verifica-se que a pandemia de COVID-19 trouxe uma série de desafios para as Ciências Sociais, seja pelos temas e objetos que foram engendrados, seja pela necessidade imposta aos/as pesquisadores/as de reinvenção e adaptação de metodologias e ferramentas de pesquisa.

As medidas de isolamento e fechamento de fronteiras, por um lado, instituíram permanências forçadas, e, por outro, expuseram vulnerabilidades e especificidades dos deslocamentos humanos nos tempos atuais. Por isso, as pesquisas com migrantes, no contexto da pandemia de COVID-19, tornaram incontornável a incorporação de aspectos relativos à (i)mobilidade forçada, ao controle das fronteiras, ao acesso aos serviços de saúde e aos efeitos perversos da crise econômica para o empobrecimento de grupos migrantes.

Do ponto de vista prático, da condução das pesquisas, os/as migratólogos/as, que fizeram investigação empírica no momento mais crítico da pandemia, tiveram que procurar metodologias adaptadas para contornar as limitações impostas aos trabalhos de campo. Isso porque a etnografia in situ e o uso da técnica de entrevista permitiram – ao longo da tradição dos estudos migratórios – a possibilidade de acessar a cotidianidade dos atores sociais, sua inserção na sociedade de destino, a relação com a origem, os planos de retorno, as microrresistências frente às estruturas de dominação, entre tantos outros aspectos. Em tempos de COVID-19, a etnografia e a condução de entrevistas passaram a ser realizadas intensivamente pelos filtros das novas tecnologias de informação e comunicação, quase sempre de maneira remota.

Neste cenário, o Dossiê aqui apresentado buscou reunir textos de pesquisadores/as migratólogos/as que confrontaram esses desafios em seus trabalhos e análises. Verifica-se, em todos os artigos, certa convergência analítica na denúncia do acirramento da violência e das desigualdades sociais, intensificadas pela pandemia e seus efeitos, que produziram expulsões em vários níveis e âmbitos.

Em “Barrados na Ponte da Integração: imigrantes nas fronteiras da Amazônia Sul Ocidental durante a pandemia”, Letícia Mamed nos leva a conhecer as resistências migrantes e os conflitos com autoridades em uma região de tríplice fronteira que envolve os municípios de Assis Brasil (Brasil), Iñapari (Peru) e Bolpebra (Bolívia). A Ponte da Integração, que conecta os países e é um dos principais eixos da Rodovia Interoceânica (Amazônia Sul Ocidental), acabou sendo ocupada por um grande volume de migrantes que ficaram retidos na ponte. De forma muito perspicaz e crítica, Letícia Mamed nos convida a pensar

sobre a produção da condição de ilegalidade migrante que potencializou a vulnerabilidade social e laboral dos imigrantes no decurso da pandemia.

No artigo “Do Bom Retiro al Bajo Flores: reflexiones a partir de una etnografía comparativa en São Paulo, Brasil y Buenos Aires, Argentina, con población migrante de Bolivia durante la pandemia COVID-19”, Eugenia Brage apresenta-se como uma incansável pesquisadora etnógrafa, seguindo a problemática dos migrantes bolivianos em São Paulo e Buenos Aires na busca por serviços de saúde. A autora argumenta, de maneira contundente, que os Centros de Saúde, no contexto da pandemia, apresentaram-se como canais de conexão do migrante com a estrutura do Estado.

José Carlos Pereira, Paolo Parisi, Sidnei Marco Dornelas e Valéria Barbosa de Magalhães, em “O uso de entrevistas nos estudos migratórios durante a pandemia: estudando as casas de acolhida e centros de atenção scalabrinianos”, mostram-nos uma análise descritiva detalhada sobre as casas de acolhida no período da pandemia, as dificuldades nos atendimentos, bem como no desenvolvimento da pesquisa-ação, realizada pelos autores envolvidos, e que, no momento da pandemia, sofreu adaptações.

Em “Memória de migrantes nortistas e pandemia: tempos distintos, acontecimentos presentes”, de Ícaro Vasques Inchauspe e Marilda Menezes, adentramos nas histórias particulares, porém coletivas, de um casal de migrantes que vivenciam as angústias geradas pela pandemia, incluído o luto ocasionado pela morte de pessoas próximas, bem como o impacto negativo na sociabilidade familiar, dado o distanciamento social. O isolamento dos informantes faz com que os pesquisadores passem a acompanhar a vida deles por meio de novas tecnologias, num misto de trocas de saberes e produção de dados para pesquisa.

No artigo “Mais vulnerabilidades e menos direitos: migração e pandemia na cidade do Rio de Janeiro a partir do olhar das organizações da sociedade civil”, das autoras Marcia Miranda Charneski e María del Carmen Villarreal Villamar, encontra-se uma importante contribuição particularmente no que tange aos processos de resistência e ao ativismo de pessoas e organizações formadas por migrantes, além de nos oferecerem dados e informações obtidos por uma pesquisa de campo. O texto chama a atenção para os efeitos da pandemia sobre a população migrante e refugiada na cidade do Rio de Janeiro, enfatizando o papel das organizações locais da sociedade civil neste cenário. Ao abordarem a cidade, as autoras iluminam este espaço no qual as pessoas vivem e sentem cotidianamente os desafios para o acolhimento e a garantia de seus direitos.

Alexandra C. Gomes de Almeida, Daniel V. Tapia Lira de Siqueira e Erika Andrea Butikofer, em “Coletivo Conviva Diferente e a experiência do curso de português para migrantes em Guaianases/SP”, apresentam um trabalho, realizado pelo Coletivo Conviva Diferente, com o objetivo de contribuir para acolhida de migrantes em Guaianases, periferia da Zona Leste de São Paulo-SP. Dentre outros, destacam o desafio de manter o curso de língua portuguesa no contexto da pandemia de Covid-19.

Por último, destaca-se a contribuição das autoras Natália Belmonte Demétrio, Rosana Baeninger e Joice de Oliveira Santos Domeniconi, com o texto “Observatório das migrações em São Paulo: desafios das pesquisas de campo no contexto pandêmico”, no qual destacam as exigências para a realização da pesquisa de campo no contexto pandêmico, além de partilharem os importantes resultados de pesquisas que foram conduzidas ou finalizadas durante a pandemia. São cinco publicações que trazem à tona dados e análises de suma importância para compreendermos os efeitos da crise sanitária sobre as migrações no Brasil, enriquecidas por análises robustas no que se refere aos caminhos teórico-metodológicos para a continuidade dos estudos em diferentes fases da pandemia.

Além do Dossiê, a presente edição de Travessia traz também 4 artigos avulsos, 1 relato, 1 poesia e 1 conto.

Em “Segunda geração ontem e hoje: continuidades e transformações nas experiências sino-brasileiras”, Maria Victória Ribeiro Ruy apresenta narrativas de vida de duas “segundas gerações” da imigração chinesa ao Brasil e propõe uma análise comparativa entre elas.

No texto “Muito orgulho e sem rivalidade: atletas olímpicos brasileiros nascidos na Argentina”, William Douglas de Almeida e Katia Rubio discorrem sobre histórias de vida de atletas olímpicos brasileiros nascidos na Argentina. Os autores debatem o movimento migratório que trouxe seus entrevistados até o Brasil, a construção do processo de naturalização e as consequências da representação olímpica na formação do processo de suas identidades. Trata-se de um estudo qualitativo, pautado na memória dos atletas.

Silvana Colombelli Parra Sanches, em “Tradução intercultural e aprendizagem em diáspora: senegaleses em Campo Grande, Mato Grosso do Sul”, aponta como senegaleses se hibridizam e transgridem marcadores estruturais do racismo à brasileira, ao permanecerem no comércio informal, ao produzirem espaços de resistência chamados dahiras, e ao dialogarem, de forma complexa e artística, com a sociedade brasileira e campo-grandense que os envolve. O (anti) método utilizado é o do rizoma, da cartografia social e da esquizoanálise.

No artigo “Inserção laboral de migrantes internacionais em Santa Rosa/RS: características e tendências”, Richelli Daiana Pinheiro; Natália Boessio Tex de Vasconcellos; Davide Carbonai buscam investigar como os movimentos migratórios se apresentam no mercado formal de trabalho em Santa Rosa/RS entre 2012 e 2020. Para isso, utilizaram a base de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Os autores destacam que as mudanças no perfil dos migrantes inseridos no mercado formal demonstram alterações na política migratória brasileira e direcionamento laboral em atividades vinculadas no final da cadeia produtiva do agronegócio.

Por fim, temos o relato de Dirceu Cutti, “J. B. Scalabrini: santo tardio porque diferenciado”; a poesia de Roberval Freire, “Scalabrini na estação de Milão”; e o conto de Paulo Mortari A. Correa, “O ilusionista de efemeridades”.

Um das palavras sobre a arte da capa. Sergio Ricciuto, artista visual e capista de Travessia, nos apresenta uma imagem que dialoga diretamente com o conceito de necropolítica, de Achille Mbembe. Percebe-se nuvens bem carregadas sobre um mar sombrio e uma mala forjada de tijolos, figurando um muro, uma fronteira, políticas xenófobas que, paradoxalmente, impedem os migrantes de entrarem e de saírem, mas, ao mesmo tempo, os expulsam, os despejam numa praia deserta (limbo político e social). Em síntese, trata-se da política estrutural de mobilidade e imobilidade forçadas. Contrastando com isto, nota-se o claro do luar sugerindo saberes e resiliências desenvolvidas por migrantes, lideranças sociais e produtores de novos conhecimentos nas lutas por transformação social e dignidade humana.

Convidamos todos/as à leitura!

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008. Coleção Tópicos.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 Edições, 2018, 80p

SANTOS, B. de S. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Almedina, 2020.

SASSEN, S. **Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global**. São Paulo: Paz e terra, 2016.